

**Nacionalismos e nativismos nos anos de 1920: João de Barros e a aproximação luso-brasileira**

Luciana Lilian de MIRANDA\*

**Resumo:** O presente artigo buscou recuperar e problematizar o contexto dos discursos das correntes nacionalistas em pauta no cenário brasileiro dos primeiros anos da década de 1920. A análise privilegia as relações e diálogo do escritor português João de Barros (1881-1960), na sua obra *O Sentido do Atlântico* (1921), com grupos de intelectuais brasileiros dessa época. Barros, escritor-cidadão, poeta, pedagogo, publicista e republicano português foi um dos principais protagonistas da campanha pela aproximação cultural luso-brasileira, nos anos de 1912 a 1922, estimulada por grupos de intelectuais em ambas as margens do Atlântico. Em linhas gerais, havia duas tendências nas organizações nacionalistas da época em pauta. Uma que se revia como tributária da herança portuguesa e reconhecia o papel dos portugueses na formação do Brasil e a outra representada por um grupo de intelectuais identificados com um nacionalismo radical nativista, que endossava uma interpretação lusófoba da história brasileira.

**Palavras-chave:** Nacionalismos. Nativismos. Relações luso-brasileiras. Intelectuais e João de Barros.

**Nationalism and nativism in the 1920s: João de Barros and Luso-Brazilian proximity**

**Abstract:** In this article we discuss the analysis of João de Barros, a Portuguese writer, in his work *O Sentido do Atlantico*, taking into account the context of nationalist discourses in the early 1920s in Brazil. Barros, writer-citizen, poet, pedagogue, publicist and Portuguese republican was one of the protagonists in the campaign to establish a Luso-Brazilian culture in the years from 1912 to 1922, promoted by intellectual groups on both sides of the Atlantic. Generally speaking there were two tendencies in the nationalist organizations of the time. One saw itself as tributary to Portuguese heritage and acknowledged the role of the Portuguese in the Brazilian formation. The other was represented by a group of radical nativist nationalist intellectuals that endorsed a lusophobic interpretation of Brazilian history.

**Keywords:** Nationalisms. Nativisms. Luso-brazilian relationships. Intellectuals and João de Barros.

---

\* Doutora em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL, 2014) - Av. Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa, Portugal. E-mail: [llm.miranda@gmail.com](mailto:llm.miranda@gmail.com)

## 1 Considerações iniciais

No presente artigo, buscamos confrontar a análise do escritor português João de Barros (1881-1960), na sua obra *O Sentido do Atlântico* (1921), com os discursos das correntes nacionalistas em pauta no cenário brasileiro da época. Barros - escritor-cidadão, poeta, pedagogo, publicista e republicano - foi um dos protagonistas da campanha pela aproximação cultural luso-brasileira, nos anos de 1912 a 1922. Para situarmos melhor tal campanha, é importante destacar que houve um marcante debate de ideias sobre as relações luso-brasileiras, estimulado por grupos de intelectuais em ambas as margens do Atlântico, sobretudo, nas duas primeiras décadas do século XX.

Em linhas gerais, havia duas tendências nas organizações nacionalistas do período. Uma que se revia como tributária da herança portuguesa e reconhecia o papel dos portugueses na formação do Brasil e a outra representada por um grupo de intelectuais identificados com um nacionalismo radical nativista, que endossava uma interpretação lusófoba da história brasileira.

Em *O sentido do Atlântico*, quarta obra da campanha luso-brasileira<sup>1</sup>, João de Barros remetia ao significado de expansão universal que todos os países de extensa orla marítima, tais como, Portugal e Brasil possuíam. Tratava-se do mar da energia e das aspirações brasileira e portuguesa. “É o sentido da tradição portuguesa, visto que Portugal é um país com todas as suas janelas voltadas para essa maior estrada do mundo, e que o núcleo inicial da população lusitana se compõe de gente navegadora, anterior, nas suas viagens pelo mar, aos gregos e aos fenícios.” (BARROS, 1921, p. 249-250). Esta definição foi evocada em conferência aos inspetores escolares brasileiros, realizada em Maio<sup>2</sup> de 1920 na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, provavelmente, ao final da estadia do escritor no país.

No período de oito anos (1912 a 1920), marcados pelas primeira e segunda viagens de João de Barros no Brasil, grandes acontecimentos e mudanças ocorreram nas realidades mundiais. A I Guerra foi um desses divisores de água, produzindo impactos no mundo, com desdobramentos nas sociedades brasileira e portuguesa.

Dizia João de Barros que a defesa sentimental da aproximação entre Portugal e Brasil devia apoiar-se “[...] na existência de tradições comuns, na fraternidade do sangue, nos costumes idênticos, e na uniformidade da língua [...]” (1921, p. 23). As questões que remetiam a uma tradição cultural partilhada não foram abandonadas pelo autor, no entanto, alguns fatores conjunturais mereceram maior ênfase nesta obra.

O poeta qualificou como esparsas e tímidas as tentativas oficiais de estreitamento das relações entre os dois países. Nesse sentido, equacionou os principais entraves para a concretização de possíveis acordos luso-brasileiros:

Umás vezes, ergue-se a imagem assustadora da colonia, cujos melindres e delicadezas é preciso respeitar. Outras vezes, o monstro da campanha nativista no Brasil faz recuar e empalidecer as melhores e mais carinhosas intenções. Outras ainda, o problema da emigração aparece como um assunto em que não se pode falar, sob pena de nos malquistarmos com a Republica irmã<sup>3</sup> [...] (BARROS, 1921, p. 55).

Já não era possível ignorar os ecos da campanha nacionalista brasileira, que em determinados segmentos, assumiam uma posição lusófoba exasperada. Somavam-se a esse fator, a imagem conservadora da colônia portuguesa com forte inclinação monárquica e as opiniões críticas no que tangia à emigração lusa para o Brasil.

## **2 As correntes nacionalistas e nativistas no cenário brasileiro das primeiras décadas do século XX**

Na I República brasileira foram elaboradas novas interpretações acerca da questão da nação, do nacionalismo e da identidade nacional (LIPPI OLIVEIRA, 1990). A herança cultural e presença portuguesa foram pensadas entre variantes positivas (lusofilia) e também negativas (lusofobia). Essas múltiplas leituras estiveram em confronto, assumindo maiores impactos em determinados contextos.

Segundo Jorge Alves, em tese que buscou analisar as relações culturais luso-brasileiras, com destaque para o percurso de Carlos Malheiro Dias nesse quadro, a lusofobia possuía raízes profundas motivadas pelo descontentamento econômico e pela componente mental. Os agravos econômicos justificavam-se, em grande parte, pela presença massiva e desigual do imigrante português no mercado de trabalho urbano. Do lado mental, construiu-se uma visão de Portugal como “a imagem antípoda do nacional”, incorporada por setores significativos da população brasileira (ALVES, 2009).

As diferentes leituras acerca da presença portuguesa no Brasil fazem parte de um longo e controverso processo histórico de construção de uma identidade nacional brasileira. Grande parte da historiografia situou como importantes momentos deste processo: o movimento de independência (1822) e a transferência da corte para o Rio de Janeiro (1808) até os inícios do século XX.

Gladys Sabina Ribeiro revisitou o Primeiro Reinado Brasileiro (1822-1831), como forma de problematizar o processo de elaboração dos significados do “ser brasileiro” e do

“ser português” e investigar as raízes do sentimento antilusitano. Com esse propósito, a historiadora recuperou as diversas interpretações sobre os conflitos entre brasileiros e portugueses, as quais foram impressas pela historiografia que se dedicou ao tema da emancipação política (1997, p. 23).

O grande contributo deste trabalho encontra-se no fato da autora entender o antilusitanismo como um fenômeno de raízes mais profundas, vinculado ao mercado de trabalho, às questões étnico-raciais e à luta pela obtenção da liberdade pelos segmentos populares. Ampliou-se a leitura para além dos conflitos de nacionalidade, produzidos no contexto das disputas de interesses entre classes proprietárias dominantes da colônia e da metrópole no processo da independência brasileira. Visão esta matizada por uma parte da historiografia sobre o período.

Essas breves referências nos auxiliam a historicizar a constituição de um imaginário antiportuguês, com vistas a compreendermos como esse discurso foi reelaborado pelas correntes nacionalistas dos finais da I Guerra e início dos anos vinte, tendo como palco principal a cidade do Rio de Janeiro.

Com o advento da I Guerra e todas as questões despoletadas pelo conflito, como a diminuição do mito da superioridade europeia, observou-se uma mudança de postura por parte dos intelectuais brasileiros. Essa mudança de perspectiva refletiu-se no conteúdo das publicações (livros, jornais e revistas). Deixou-se de lado o tom mundano e despreocupado e sobressaíram os discursos de inquietação com os rumos do país. Questionava-se, em diferentes vozes, qual a posição do Brasil em meio a um contexto de acirrada disputa entre as grandes potências europeias e suas políticas imperialistas.

Nesse cenário, articularam-se algumas tendências nacionalistas militantes no país. Em linhas gerais, assumiram duas vertentes: uma direcionada à defesa do serviço militar e à construção de uma consciência cívico-patriótica, configurada na *Liga de Defesa Nacional* e na *Liga Nacionalista de São Paulo*. A se outra encontrava mais próxima a um nacionalismo de direita, crítico ao liberalismo e aos estrangeirismos. Constituiu-se a partir do Rio de Janeiro e organizou-se por meio de dois movimentos: a *Propaganda Nativista* e a *Ação Social Nacionalista*.

A *Liga da Defesa Nacional* foi fundada em 7 de setembro de 1916, data em que se comemora a independência do Brasil, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O poeta Olavo Bilac, após várias conferências configurando uma jornada nacionalista, foi um dos criadores da entidade<sup>4</sup>.

Segundo Lippi Oliveira, Bilac encontrava-se entre os autores que compreendiam os novos tempos. Ainda nas suas crônicas de 1905 (revista *Kosmos*<sup>5</sup>), defendia a educação primária e o serviço militar obrigatórios. Na batalha pelo civismo, o escritor mobilizou setores

sociais em torno da *Liga Brasileira pelos Aliados* no início da Primeira Guerra. “Sua proposta de salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório<sup>6</sup>, visto como instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos que conduziria ao triunfo da democracia.” (1990, p. 120).

Entretanto, o poeta não era militarista, mas acreditava que o exército cumpria um papel civilizador e coesivo diante da falta de uma organização da sociedade civil. A incorporação generalizada da população à instituição possibilitava ao cidadão uma formação elementar, garantindo o domínio da língua portuguesa, a introdução dos hábitos regulares de higiene e a educação fundamental.

Em discurso proferido na Academia das Ciências de Lisboa, em março de 1916, posteriormente publicado no livro *A defesa Nacional* (1917), Bilac definiu o seu nacionalismo como tradicionalista:

[...] Isto explica também o vivo desejo com que procurei a honra e o júbilo de pertencer á vossa companhia. Querendo ser vosso, quiz, de modo mais forte, incorporar-me á vossa cultura e integrar-me no nosso passado. Este meu tradicionalismo não é incompatível com o meu nacionalismo. Nacionalista ardente, e não nativista, tenho um patriotismo com pergaminhos e braços. E a minha attitude, aqui, é a mesma que me governa no Brazil. (1917, p. 39).

A questão da educação cívica e da incorporação de valores patrióticos pela sociedade brasileira constituía importante arma para manutenção da unidade política-territorial aos olhos do poeta. Essa preocupação teve como pano de fundo a instabilidade política<sup>7</sup> vivenciada no início do regime republicano:

Este é o meu terror. Porque sem unidade não ha pátria. Quatrocentos annos de esperança e de tortura fizeram esta nação, dada á humanidade pela continuação de infinitas acções generosas: pelo esforço de um pequenino povo, menos de dois milhões de almas, em uma estreita faixa de terra, — descobrindo, povoando, explorando, artilhando, defendendo mais de seis mil kilometros d'esta costa; pelo impeto das bandeiras e pela bondade dos apostolados, desbravando as selvas, as águas e as almas; pelo sangue dos filhos e dos netos dos povoadores, derramado em prol do patrimônio; pelo suor e pelas lagrimas de uma raça martyr, arrancando do solo bruto a riqueza, a felicidade e o luxo; pelo heroísmo de successivas gerações, combatendo pela liberdade, pela integridade, pela justiça e pela gloria [...] É horrível pensar que esta esplendida construcção de quatro séculos possa ser desmantelada pela inércia, pela ignorância, pela preguiça moral, pelo egoísmo!<sup>8</sup> (BILAC, 1917, p. 23).

A citação é longa, no entanto contém elementos importantes para a nossa discussão. Temos, como base nessas considerações de Bilac, uma visão enaltecida da colonização

portuguesa e do seu contributo para a preservação da unidade brasileira. Visão essa partilhada por segmentos da intelectualidade portuguesa e brasileira do período. Cabe acrescentar, que o poeta recebeu muitas homenagens de personalidades portuguesas, quando da sua estadia em Lisboa em 1916, além de considerável destaque na imprensa.

João de Barros, ao equacionar os entraves à aproximação luso-brasileira, referiu-se à campanha nativista. Essa foi outra tendência nacionalista com bastante visibilidade e influência na época. O nacionalismo militante de direita teve expressão em duas organizações: a *Propaganda Nativista* (1919) e a *Ação Social Nacionalista* (1920).

Essas entidades e os grupos fundadores das mesmas aproximavam-se do nacionalismo jacobino<sup>9</sup>, que ganhou força no Governo do Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), numa fase de implantação e consolidação da República. A este líder político e grande patriota<sup>10</sup>, conforme apreciação do grupo, prestaram homenagens e tinham como traço marcante o mesmo antilusitanismo dos seus antecessores.

Álvaro Bomílcar (1874-1957), escritor, jornalista e poeta, foi um dos principais expoentes do movimento nacionalista radical e nativista da época. O escritor Mário Linhares (1889-1965) em artigo sobre o percurso de Bomílcar, referiu que “[...] em todos os [seus] livros de construção social, há aquela alma impertérrita e abnegada de patriota que quer um Brasil autônomo, vivendo por si mesmo, liberto da tutela econômica estrangeira ou quaisquer outros liames que lhe embarquem os movimentos de ação.” (1957, p. 227).

É importante acrescentar, que Bomílcar foi estudante na Escola Militar nos agitados anos do Governo Floriano Peixoto (1891-1894). Conservou fortes impressões sobre a figura do Marechal, exaltando-o nos seus textos como defensor da nacionalidade. Esse contexto de efervescência das ideias de um jacobinismo florianista antiportuguês, com grande adesão da mocidade militar, influenciou na formação do pensamento do escritor (ALVES, 2009, p. 154).

Em obra publicada em 1920, *A política no Brasil ou o Nacionalismo Radical*, Bomílcar<sup>11</sup> avaliava a situação de subordinação do país à antiga metrópole portuguesa. Fez ainda referência à campanha pela aproximação luso-brasileira, cujo protagonismo de João de Barros e do cronista carioca João do Rio (1881-1921) é conhecido, ao mencionar os esforços para se estreitar laços de uma aliança intelectual e comercial:

[...] as nações americanas, uma por uma, emancipadas de suas antigas metrópoles, trabalham hoje, coesas, na sua vida interna, elaborando a sua grandeza e a expressão política de sua soberania com as formulas e os moldes que melhor lhes reflectem o carácter e a independencia; ao passo que o Brazil, - onde reina a maior confusão, para consolar-se *do grande mal de haver durante um século aparentado autonomia*, anda agora todo preocupado de estreitar os laços de uma aliança intellectual e commercial

que o definem cada vez mais estranho a si mesmo, e cada vez mais submisso ao rêlho dos seus pretensos civilizadores. (1920, p. 27).

No cenário político brasileiro do período havia, segundo o líder nativista, alguns tipos de nacionalismo a combater. Eram os mesmos: o nacionalismo germanófilo, o da raça-latina e o português.

O germanófilo era fundamentado no anticatolicismo e na Ciência dos pensadores alemães. Respal dava-se, ainda, numa avaliação positiva do imigrante alemão e dos contributos da sua colônia para o Brasil. No entanto, para Bomílcar, o colono alemão só poderia ser útil quando assimilado pela cultura brasileira. Para esse efeito, fazia-se obrigatório o estudo da língua portuguesa e das coisas do país. Dever-se-ia lutar contra o germanófilo que desprezasse os elementos nacionais, adotando o conceito equivocado de raças inferiores<sup>12</sup>.

A adoção de tal conceito pressupunha uma visão de hierarquia racial-cultural, a qual alimentou as empresas colonialistas. Nessa perspectiva, colocava todos os brasileiros mestiços das raças tidas como inferiores (índios e africanos) numa posição de serem absorvidos pelas tidas como superiores, “[...] em nome da Esthetica, do Progresso e da Civilização.” (BOMÍLCAR, 1920, p. 96).

O segundo tipo de nacionalismo a se impugnar era o do culto ao conceito de raça latina, “absurda ficção” aos olhos do autor. Tratava-se dos defensores da tese de serem os brasileiros; o povo, a raça e a língua latinos. Segundo Bomílcar, o nacionalismo raça-latina devia ser combatido, “[...] porque é um culto estranho e desvirilizador, mais perigoso, mais funesto aos interesses nacionaes do que esses obscuros, innocentes ritos africanos, *candonblés* e *pajélanças*, que a policia dos suburbios persegue, em nome da ordem e da civilização!” (1920, p. 97). Esse falso nacionalismo disseminava uma ideia de desvalorização daquilo que era próprio da cultura brasileira e incitava à cópia dos valores tidos como superiores, tais como a moda e os costumes franceses.

Para compreendermos melhor a discussão sobre o nacionalismo raça latina proposta por Bomílcar, é interessante recuperarmos a historicidade do conceito de latinidade. Na França de Napoleão III (1852-1870), emergia o panlatinismo, doutrina que propagava a unidade dos povos de raça latina (Portugal, Espanha, Itália e França) sob liderança francesa. Nessa perspectiva, cabia à França o papel “[...] de reconduzir, frente aos povos germânicos e anglo-saxões, as nações latinas ao lugar de principais protagonistas da história da civilização humana.” (Quental, 2013, p. 63-64).

Nesse contexto, a expressão América Latina é forjada a partir da noção de “latinidade” que fora apropriada pelos franceses para se distinguirem da Europa anglo-saxônica (Inglaterra). A esse conceito foram atribuídos diferentes significados no terreno das

disputas imperialistas, segundo as ambições expansionistas de cada potência (Quental, 2013).

Outra questão importante para situarmos a ideia do nacionalismo da “raça latina” é considerarmos a reprodução de um colonialismo interno por parte das elites das ex-colônias americanas. Ao reivindicarem a herança latina, tais elites elegiam como modelo a sociedade europeia, sobretudo a francesa. Romperam politicamente com as ex-metrópoles e afirmaram sua “americanidade” sem, no entanto, terem abandonado o desejo de serem europeus. Dessa forma, demarcaram a “[...] sua diferença em relação aos ameríndios e aos afro-americanos, uma vez que estes, de maneira alguma, teriam como se sentir ou se perceberem europeus [...]” (Quental, 2013, p. 69).

O terceiro falso nacionalismo era o português, segundo Bomílcar. Também afiliado à concepção de raça latina, este era considerado pelo escritor o “mais generalizado e pernicioso”. Era o que se havia apossado do comércio (retalho e bancário), da imprensa (do Rio, de São Paulo, do Pará e do Amazonas), das empresas de navegação e cabotagem. Queria ainda impor a sua literatura e infiltrar-se “[...] discretamente na maioria das instituições deste paiz em nome de uma camaradagem mais retumbante do que sincera.” (1920, p. 98).

Justificava-se pela herança ancestral da linguagem, disseminava o preconceito de cor entre os brasileiros e impunha o culto das “duas mães-pátrias”. Dessa forma, os defensores do nacionalismo português, entre os quais alguns brasileiros talentosos<sup>13</sup>, segundo Bomílcar, corroboravam para que as empresas da colônia lusa continuassem a prosperar no Brasil, “[...] firmando a sua discreta e silenciosa hegemonia.” (BOMÍLCAR, 1920, p. 98).

Contra esses nacionalismos bifrontes (ora “francelho”, ora “germanófilo”, ora “lusitanófilo”) propunha um nacionalismo radical brasileiro voltado para as questões do país: “Fundado em honrosas tradições, na capacidade da nossa raça, na consciencia das nossas possibilidades e da nossa força, eis o que tenha aconselhado e praticado” (BOMÍLCAR, 1920).

Esses princípios mobilizaram Bomílcar a reunir apoiadores e a fundar revistas e organizações, as quais contribuíram para propagar essa versão de nacionalismo. Assim surgiram a *Revista Braziléa* e a *Propaganda Nativista*.

O propósito dessas instituições, segundo Bomílcar, era o estudo das questões sociais genuinamente brasileiras. Eram órgãos de resistência destinados a reunir as forças intelectuais em prol de resguardar as tradições de civismo, as conquistas e o amor à liberdade (1920, p. 136-137).

*Braziléa* foi publicada mensalmente nos anos de 1917 e 1918, dirigida por Bomílcar e Arnaldo Damasceno Vieira (1879-1951), engenheiro militar e escritor. O direcionamento do discurso nacionalista promovido pelo mensário teve como foco a luta contra a hegemonia dos portugueses em vários ramos da sociedade brasileira, assim como, a valorização da mestiçagem na construção do povo brasileiro.

Entre os principais colaboradores da revista devemos citar o advogado e publicista Jackson de Figueiredo (1891-1928), importante referência no movimento católico leigo do período, sendo responsável pela seção bibliográfica. Figueiredo foi ainda uma influência marcante no que concerniu à aproximação dessa corrente nacionalista ao catolicismo. Outra figura de peso, a qual apresentava importante histórico nacionalista imortalizado na obra *Por que me ufano do meu país* (1900), foi o Conde Afonso Celso (1860-1938)<sup>14</sup>, que divulgou um nacionalismo de cunho ufanista e criou o termo brasilidade.

Segundo Lippi Oliveira, o ufanismo pode ser considerado “[...] como a construção simbólica de maior constância e penetração no pensamento social brasileiro da Primeira República.” (1990, p. 24). Baseada nessa concepção, a nacionalidade é pensada como fruto das condições naturais da terra e não como resultado dos regimes políticos. Destaca-se, portanto, a grandeza territorial, as belezas naturais, a ausência de calamidades, a variedade e amenidade climática, ao lado da valorização das três raças, consideradas fundadoras do Brasil (a portuguesa, a africana e a indígena), conferindo também destaque às qualidades do mestiço. Todas essas “superioridades” favoreciam o futuro do país, segundo as interpretações ufanistas presentes em Afonso Celso, Olavo Bilac, dentre outros.

Na perspectiva de Celso, reconhecia-se a influência dos indígenas e africanos na formação do Brasil, no entanto, subordinada a contribuição portuguesa. Predominava uma imagem de um luso-centrismo. Nesse sentido, a percepção dos indígenas e africanos assumia um papel complementar, visão essa marcada por um viés emocional e paternalista. Essa concepção perpetuou-se na abordagem da formação social e étnica do Brasil pautada na ideia de uma sociedade derivada do caldeamento das três raças: a europeia, a africana e a ameríndia (ALVES, 2009).

A união entre vertentes nacionalistas que se encontravam em campos opostos no início do regime republicano; o republicanismo e o ufanismo, dá-se pelos esforços de Álvaro Bomílcar (LIPPI OLIVEIRA, 1990). Uma proximidade fica clara na questão da valorização da mestiçagem e, provavelmente, no reconhecimento da respeitabilidade de Afonso Celso como figura unificadora do nacionalismo. Apesar de monárquico, o conde gozou de grande prestígio intelectual e social durante a República. Celso prefaciou o livro de Bomílcar (*A Política no Brasil ou o nacionalismo radical*, 1920) defendendo-o da acusação de ser

lusitanófono. Definia o nativismo de Bomilcar como expressão de uma força de defesa, conservação e de progresso do país (LIPPI OLIVEIRA, *idem*, p. 133).

Os conceitos de raça e meio ambiente foram estruturadores das abordagens nacionalistas e antilusitanas que permearam as leituras das relações entre Brasil e Portugal nos fins do século XIX e primeiras décadas do XX. Nesse mesmo contexto interpretativo, elementos simbólicos como a história, a língua e a religião foram evocados como agentes formadores da identidade nacional brasileira. Tais elementos aparecem nos discursos que questionavam ou afirmavam o papel de Portugal e dos portugueses na constituição da identidade nacional brasileira.

O programa da revista *Braziléa*, lançado no primeiro número, anunciava que o propósito do periódico era o de preencher uma lacuna na imprensa do país. Tratava-se de um meio de divulgação das coisas brasileiras, visto que:

Quasi todos os nossos periodicos, - diarios e 'magazines' – tem a sua esphera de actividade adstricta ao senso esthetico. E como, nesse particular a coisas européas, inglezas, francezas ou lusitanas, - são as que mais seduzem e interessam ao publico ledor, os nossos apreciados collegas, ao envez de gastarem sua tinta e seu tempo occupando-se das seáras indigenas, e tornando recommendaveias as bellezas magestosas do paiz, - bellezas que se encontram veladas na modestia da alma brazileira e existem esquecidas nas paginas dos compendios didacticos, - vão logo, directamente, ao alvo preferido, fornecendo ao paladar intellectual o acepipe que mais facilmente poderá agradar á maioria. (Nosso Programa..., 1917, p. 3).

A *Propaganda Nativista* criada em 21 de abril (Dia de Tiradentes) de 1919, na Rua do Carmo no Rio de Janeiro, teve suas ideias embrionárias cultivadas na Revista *Brazileia* (1917-1918)<sup>15</sup>. No entanto, a principal fonte divulgadora de seus princípios norteadores foi a Revista *Gil Blas* (1919-1923), sob a direção do advogado e escritor Alcebíades Delamare (1888-1951).

O patrono da entidade era Floriano Peixoto, figura ícone do nacionalismo radical ao qual se identificava a associação. Apresentou-se como um movimento político, o qual “[...] deverá subsistir pelo devotamento e espirito de sacrificio de seus membros, que serão brasileiros natos.” (BOMÍLCAR, 1920, p. 179).

A entidade visava, sobretudo, trabalhar pela emancipação econômica, intelectual e financeira do Brasil, libertando-o da submissão aos interesses estrangeiros, com base na defesa das ideias republicanas e democráticas. Pretendia, entre outras questões, cultivar a solidariedade entre as nações americanas e combater a influência das modernas nações europeias, defender o mercado de trabalho para os brasileiros evocando medidas para

regulamentar a imigração, a qual deveria ser encaminhada somente aos serviços da lavoura (BOMÍLCAR, 1920).

Constituíam-se ainda entre os objetivos da associação criar ramificações pelos diferentes Estados brasileiros. Cabe referir que, ao lado de Álvaro Bomícar<sup>16</sup>, Jackson de Figueiredo e Delamare desempenharam papéis relevantes na defesa dessa vertente nacionalista. Posteriormente, o viés lusófono assumido num primeiro momento foi aplacado em virtude da adesão desses dois personagens ao movimento católico.

A *Ação Social Nacionalista* (ASN) foi fundada em 1920, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sob a influência da *Propaganda Nativista*. A associação foi idealizada por Delamare, responsável pela redação dos seus objetivos concentrados em propor uma grande campanha de nacionalização do país. No entanto, este não ocupou cargos na direção da entidade, os quais foram destinados a políticos e intelectuais influentes. Tinha como presidente Afonso Celso<sup>17</sup> e na presidência de honra figurava Epiácio Pessoa (1865-1942), então no Governo do país. Como vice-presidentes foram indicados: Álvaro Bomícar, o então deputado Camillo Prates, o senador Justo Chermonts e o dr. Raul Guedes.

Segundo Nóbrega de Jesus, é provável que a escolha de nomes importantes do cenário político e intelectual da época para estarem à frente da *Ação* visasse conferir ao movimento maior credibilidade e legitimidade (2012, p. 121). Abriu-se ainda uma seção na Revista *Gil Blas* com o propósito de divulgar o programa e eventos promovidos pela entidade.

Apesar das afinidades com a *Propaganda*, cabe chamar atenção às diferenças entre os dois movimentos, conforme analisou Lippi Oliveira. A *Propaganda Nativista* definiu-se como uma sociedade de caráter político, ao passo que a *Ação Social* apresentou-se como uma instituição defensora dos estudos sociais e históricos, sem cunho político ou religioso. Apesar das declarações em ambos os programas, a ASN comprometeu-se com momento político da época ao associar-se aos Governos de Epiácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926) enquanto a *Propaganda* defendia de uma forma mais ampla as ideias republicanas. Outra posição assumida pela *Ação Social* foi um compromisso com o catolicismo. Os dois movimentos propunham-se a combater o analfabetismo, no entanto, a *Ação* desejava incluir nesta campanha o ensino religioso nas escolas públicas (1990, p. 155-156).

### 3 A Revista *Gil Blas* e as imagens da lusofobia: confrontos com João de Barros

Feitas essas considerações, podemos nos voltar para alguns temas presentes na Revista *Gil Blas*, os quais nos auxiliam a dialogar com as questões propostas por João de Barros em *O Sentido do Atlântico*, assim como, situar algumas impressões a respeito da

estadia do poeta no Brasil de 1920. Uma ideia acerca do perfil do semanário pode ser esboçada pela seguinte citação:

Gil Blas – único órgão nacionalista da imprensa carioca, que tem com todo desassombro e coragem, mettido o ferro em braza de sua critica altiva na chaga purulenta do lusitanismo audaz e cupido, que vem desde 1500, tentando desvirilizar e desfibrar a nossa nacionalidade, o que não conseguiu ainda, graças ás energias de outras raças, caldeadas no sangue do nosso povo [...] (Propaganda Nativista..., 1919, p. 10).

É bastante clara a mensagem xenófoba e, sobretudo, lusófoba propagada pela revista. Vale ainda ressaltar, que uma das características constantes ao longo da sua publicação foi a edição em formato de panfleto, conforme enunciado no subtítulo<sup>18</sup>. É importante referir que o jornalismo panfletário brasileiro emergiu na trajetória dos movimentos republicanos e abolicionistas, entre os finais do XIX e início do XX. Esse tipo de periódico era geralmente controlado por uma pessoa ou um grupo, com o objetivo de defender e divulgar os seus posicionamentos políticos e ideológicos (JESUS, 2012).

Apesar das oscilações constantes no percurso do semanário (proprietários, localização da redação, número de páginas, espaço destinado a publicidade, organização dos artigos e seções, etc.), Alcebíades Delamare manteve-se como diretor responsável e redator-chefe ao longo dos 200 número<sup>19</sup> publicados. Segundo o diretor:

[...] é dever precipuo de todo o bom brasileiro entregar-se, de corpo e alma, a essa campanha nacionalista que estúa de todos os recantos do país, exigindo, em nome da nossa honra, a nossa completa emancipação [...] Quem se der ao trabalho de examinar imparcialmente o que se está passando no Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, para logo se convencerá de que vivemos desgraçadamente sob o jugo nefasto do estrangeiro, em especial do português, que se julga, aliás, perfeitamente a vontade para arrogar-se o direito, que lhe não assiste, de critica, de desfazer e de deprimir, da maneira a mais revoltante e a mais odiosa, os homens e as cousas da nossa Patria” (A Questão Nacionalista, 1919, p. 3).

Para entendermos melhor as ideias de Delamare, é importante acrescentarmos que na sua visão o nacionalismo significava Deus e Pátria. "O primeiro é a força irresistível que nos atrai para a perfectibilidade do nosso espírito; o segundo é o imã que nos prende ao solo em que nascemos." (LIPPI OLIVEIRA, 1990, p. 153). O autor assumia-se como simpatizante do Governo de Mussolini, identificando-o como figura que reerguia a "italianidade" ao promover a união do civismo e da religião. Na sua perspectiva, sem catolicismo não poderia haver nacionalismo.

O panfleto nacionalista e seus colaboradores parecem ter acompanhado com certa assiduidade a estadia de João de Barros nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, durante os meses de abril e maio de 1920. Sendo assim, dois artigos remetendo-se ao poeta foram publicados no nº 68 de Gil Blas.

O primeiro foi escrito pelo polêmico ensaísta e jornalista Antônio Torres (1885-1934), intitulado “A União Luso-brasileira”, com subtítulo; ao Dr. João de Barros, conforme recorte a seguir:

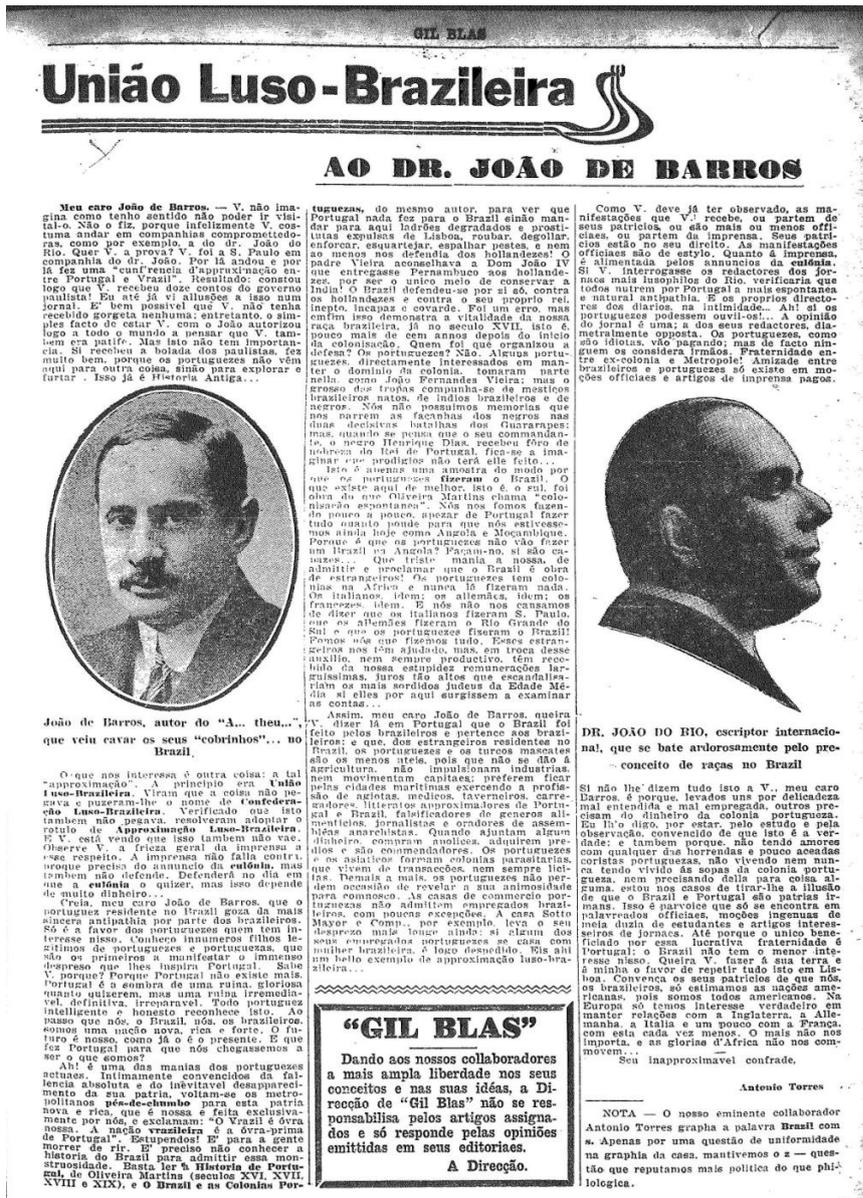


Figura 1  
Antônio Torres, “União Luso-Brasileira”, Gil Blas, 27/5/1920, nº 68, p. 3

Nota-se que trazia fotos dos dois paladinos da aproximação luso-brasileira, com legendas pouco lisonjeiras: “João de Barros autor do ‘A... theu...’ que veio cavar os seus

‘cobrinhos’ no Brasil” e “Dr. João do Rio, escriptor internacional, que se bate ardorosamente pelo preconceito de raças no Brasil”.

Torres quis deixar as suas impressões bastante claras ao visitante, utilizando-se de comentários irônicos e marcados pelo escárnio. Fazia galhofa, por exemplo, com sotaque português. Nesse registro, afirmava ter lastimado não ter ido visitar João de Barros, devido ao fato do mesmo andar acompanhado de pessoas comprometedoras, como João do Rio. Dizia ainda que, pelo tipo de companhia, circulava a notícia de que o poeta havia recebido doze contos do Governo paulista pela “[...] cunferência d’aproximação entre Portugal e Vrazil.” Colocava isto em dúvida, no entanto acrescentava; “Si recebeu a bolada dos paulistas, fez muito bem, porque os portuguezes não vem aqui para outra coisa, sinão explorar e furtar. Isso já é Historia Antiga [...]” (A União Luso-Brazileira..., 1920, p. 3).

Após tecer considerações acerca da relação histórica entre Brasil e Portugal, respaldou-se nas obras de Oliveira Martins<sup>20</sup> para afirmar que Portugal nada fez pelo Brasil, “[...] sinão mandar para aqui ladrões degradados e prostitutas expulsas de Lisboa, roubar, degollar, enforcar, esquartejar, espalhar pestes, e nem ao menos nos defendia dos holandezes!” (A União Luso-Brazileira..., 1920, p. 3). Em tom de conclusão arrematou com a seu recado virulento e xenófobo:

Assim, meu caro João de Barros, queira V. dizer lá em Portugal que o Brazil foi feito pelos brasileiros e pertence aos brasileiros: e que dos estrangeiros residentes no Brazil, os portuguezes e os turcos mascates são os menos úteis porque não se dão á agricultura, não impulsionam industrias, nem movimentam capitaes; preferem ficar pelas cidades maritimas exercendo a profissão de agiotas, medicos, taverneiros, carregadores, litteratos aproximadores de Portugal e do Brazil, falsificadores de generos alimenticios, jornalistas e oradores de assembleas anarchistas<sup>21</sup> [...] (A União Luso-Brazileira..., 1920, p. 3).

Faz-se necessária uma ressalva, ao fim da página a direção do *Gil Blas* publicou uma nota na qual dizia não se responsabilizar pelos artigos assinados, respondendo somente às opiniões expressas nos editoriais. Essa era uma forma de se resguardar, no caso dos discursos mais agressivos ou que divergissem politicamente da diretriz do periódico.

Nascido em 1885, Diamantina (Minas Gerais), Antônio Torres frequentou o seminário ordenando-se padre em 1908, no entanto sem vocação. Rompeu com a Igreja e iniciou no Rio de Janeiro carreira jornalística, atuando em periódicos diversos, tais como: *A Notícia*, *Brazileia*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *Gil Blas* e *O Paiz*. Teve ainda incursão na carreira diplomática, nomeado Cônsul do Brasil em Londres (1920-1923) e depois em Hamburgo (1926), onde veio a falecer (1934) em exercício do cargo.

Torres era conhecido pela sua militância contra a colônia portuguesa e a mensagem lusófoba propagada. Os seus escritos destacavam-se pelo viés rancoroso em relação à permanência da influência lusitana e contra os defensores da aproximação luso-brasileira (Afrânio Peixoto, João do Rio, Medeiros e Albuquerque, Malheiro Dias, João de Barros, Filinto de Almeida, etc.). Escreveu, por exemplo, pesadas críticas a João do Rio, por causa ao comportamento combativo do mesmo em defesa do imigrante e legado português no Brasil, assim como, em virtude do prestígio que este gozava junto à colônia e à intelectualidade lusa.

No livro *As Razões da Inconfidência* (1925)<sup>22</sup>, Torres destilou todo o seu antiportuguesismo<sup>23</sup>. Essa obra divide-se em duas partes. A primeira apresenta um extenso preâmbulo em que são referidos vários fatos e características dos portugueses, destacando-se a luxúria (“pansexualismo”) e a cobiça. Acerca da exacerbação sexual que imputa ao caráter português, lançou, entre outras, a seguinte pérola: “[...] Os intellectuaes portuguezes, quando viajam pelo Brasil, só olham para pernas, braços, seios, caras, ancas e nalgas de mulheres! Que será isso? Loucura? Priapismo racial? Não sei o que será, mas não pode ser coisa boa. Deve ser doença.” (TORRES, 1925, p. XCVI).

O autor reforça a ideia de que todos os problemas brasileiros tiveram como origem a colonização portuguesa. Nessa parte, o discurso é abertamente antilusitano, deixando-se de lado qualquer pretensão ensaística e assumindo contornos de mera piada de português (BUENO, jan./jun. 2003, p. 95). Observe-se, como exemplo, a seguinte passagem sobre o mito da construção do Brasil pelos portugueses, com referência a João de Barros:

[...] É a velha mania dos portuguezes: o Brasil – que nós apenas começamos, e com grandes dificuldades, a ir construindo – é obra e propriedade delles [...] João de Barros, litterato portuguez de 2ª classe, faz uma conferencia luso-brasileira e, intitula-a: *Portugal maior*<sup>24</sup>! Alberto d’Oliveira, outro litterato portuguez de igual classe, escreve um livro rachitico a respeito do Brasil e intitula-o: *Da outra banda de Portugal*!<sup>25</sup> O Brasil, immenso em territorio e em possibilidades, com 32 milhões de habitantes, fica sendo apenas uma projecção de Portugal, paizote de quatro milhões de cabeças, arruinado, encalacrado e desmoralisado a ponto de já ter dado até um neologismo á lingua franceza: o verbo portugaliser!” (TORRES, 1925, p. LXXXII-LXXXIII).

A segunda parte traz a conferência que aborda o período da Inconfidência Mineira inserido no contexto das Minas colonial do século XVIII, mantendo-se o espírito antilusitano, mas com algum embasamento histórico. Dessa forma, o escritor pinta com cores fortes a repressora legislação que regulou a região das Minas no século XVIII, com vistas a acentuar a vileza do caráter português. Segundo Jorge Luís Alves, na leitura de Torres prevalecia a imagem da vitimização da então colônia pela metrópole, pautada pelo binômio vítima/algoz

e no uso de figuras próprias do discurso religioso, tais como: holocausto, martírio, etc. (2009, p. 170).

Torres utilizou como fonte primária as ordens régias circunscritas a época e respaldou-se novamente na análise crítica de Oliveira Martins, com intuito de ressaltar as falhas na administração portuguesa. Ao buscar os fundamentos da legislação repressora: “[...] no fundo as tais razões da Inconfidência – Antônio Torres encontra o traço do caráter português que mais o interessará: a cobiça. Era preciso extrair o ouro – daí a proibição a todas as atividades que não fossem a mineração [...]” (BUENO, 2003, p. 98).

Uma última observação acerca de *As Razões da Inconfidência* é a recepção conferida ao livro, sugerindo mais pistas de certo adesismo à mensagem lusófoba propagada. A primeira edição, de três mil exemplares, esgotou-se em apenas 15 dias. A segunda tiragem também não se demorou a expirar e, desta feita, teve lugar a uma terceira edição (BUENO, 2003).

Deve-se ainda acrescentar, que foram publicadas respostas à obra, rebatendo-se todas as provocações e mantendo-se no fundo o mesmo viés preconceituoso evocado por Torres<sup>26</sup>. Registraram-se também críticas positivas, tais como a de Agripino Grieco (1888-1973), que afirmava tratar-se de uma obra de paixão patriótica e denúncia corajosa da realidade do país (ALVES, 2009, p. 166). As ideias expressas em *As Razões da Inconfidência* iam ao encontro do sentimento de incômodo partilhado por setores da intelectualidade brasileira em torno do discurso de uma aproximação luso-brasileira no período. Nesse sentido, as iniciativas movidas com o intuito de apoiar esse discurso eram recebidas como um conjunto de intromissões indevidas.

Gastão Cruls relativizou a repugnância de Torres ao imigrante lusitano, ao afirmar que as simpatias do jornalista encontravam-se voltadas para a gente mais simples. Sendo assim, manteve relações amistosas com o editor de seus livros, o português António Castilho, e com os donos da pensão, onde viveu por vários anos no Catete (ALVES, 2009). Nessa questão, Jorge Alves considera a visão de Torres próxima a de Álvaro Bomílcar. Os dois escritores aceitavam o imigrante luso “[...] como indivíduo potencialmente assimilável ao nacional, mas o combatiam como grupo – a colônia – organizado na defesa de interesses específicos nos quais viam, muitas vezes, objetivos contrários ao Brasil e aos brasileiros.” (ALVES, 2009, p. 170).

O outro artigo da revista *Gil Blas*, o qual tratou da estadia de João de Barros no Brasil foi enviado pelo escritor Carlos Maúl (1887-1974). Nascido em Petrópolis, descendia de colonos alemães. Mudou-se para o Rio de Janeiro com a finalidade de completar os estudos e firmou-se como jornalista, escritor e poeta, elogiado e respeitado no meio literário. Foi membro da *Sociedade Brasileira de Geografia e de Filosofia*, Secretário Geral do

Conselho Supremo da *Ação Social Nacionalista* e redator dos jornais *Correio da Manhã*, *A Imprensa*, *Gazeta de Notícias*, entre outros. Ao longo da sua carreira publicou cerca de 60 livros dedicados a poesia, teatro, traduções, história e crítica literária. Algumas dessas obras foram editadas em Portugal.

Maúl abordou as questões defendidas por Barros em prol da aproximação luso-brasileira e demonstrou conhecimento acerca da produção do autor sobre a matéria. Em tom mais argumentativo e menos ofensivo, o escritor recorreu ao título “A confusão luso-brasileira”, o que sugere, no mínimo, questionamentos acerca dos discursos lusobrasileiristas.

O escritor inicia o texto dizendo que se fazia necessário contraditar as propostas de João de Barros, pois os discursos deixavam de ser apresentados com ares de comicidade, aos gritos de “Pelo Brasil, por Portugal” e passavam a clamar por medidas oficiais:

[...] O que nos move a uma apreciação da campanha que elles [referindo-se também a João do Rio] sustentam é o entusiasmo com que o dr. João de Barros deseja que a “aproximação entre os dois paizes tome uma fórmula *legal, definitiva e definida*; expressando-se em tratados, em reciprocidade de relações entre governos, em permanente e effectivo contacto intellectual artistico e economico entre as duas nações.” (A confusão luso-brasileira..., 1920, p. 6).

Para fundamentar tais observações, Maúl identificava alguns dos argumentos salientados por João de Barros em conferência proferida no então Ateneu Comercial do Porto, logo depois publicada e intitulada: *A Aproximação Luso-brasileira e a Paz* (1919).

Tendo em vista os debates e o rescaldo político-econômico do pós I Guerra, afirmava Barros nessa conferência, ao citar Malheiro Dias (1875-1941)<sup>27</sup>, que o Brasil era alvo de intensa corte por parte dos países aliados. Constituía-se numa terra de promessa, com “[...] vasto campo de exploração agrícola, de exploração industrial e comercial, insuficientemente povoado, prodigiosamente rico de tôda sorte de matérias primas [...]”, tornando-se assim destino escolhido por diferentes correntes imigratórias (1919, p. 16). Havia, portanto, necessidade de se fortalecer os laços entre Portugal e a “terra irmã”, sobretudo nesse contexto de disputa de influências. Fazia-se necessário maior esclarecimento e comprometimento das autoridades portuguesas para com essa questão, tendo em vista as perdas significativas causadas pelo afrouxamento dessas relações, enumerando-se:

1. Os cinco ou seis mil contos enviados pelos nossos emigrantes todos os anos [...];
2. Uma grande parte da nossa vida comercial e industrial;
3. Mais da metade, seguramente, do nosso mercado literário e artístico;
4. A certeza dum acolhimento favorável a nossa tradicional febre de aventura e ambição;
5. A garantia de que a literatura, a arte e o pensamento de Portugal

encontram a possibilidade de uma expansão que só um dia poderão encontrar na nossa colônia de Angola (!Em Lourenço Marques não há uma única livraria portuguesa, posso afirmá-lo!) [...]” (BARROS, 1919, p. 19).

Digamos que o conhecimento dessas afirmações de João de Barros podia ser assimilado para se reafirmar algumas das leituras nacionalistas antiportuguesas da época e utilizado para se questionar as intenções da campanha movida pelo poeta. Tais pontos enunciados por Barros, como perdas para Portugal, foram reproduzidos no artigo de Maúl e criticamente avaliados.

Aos olhos do escritor brasileiro, era a política econômica o motivo de toda a literatura de Barros em contraposição à consolidação de uma autonomia mental e comercial brasileira. E, assim, continuava a sua explanação afirmando que os portugueses gozavam de larga vantagem no Brasil, mas pelo visto queriam mais: “[...] Pois já não está nas mãos dos lusos quasi todo o commercio de livros? [...] Não têm elles a ‘nossa’ imprensa política? [...] Contra cada livro nacional que apparece não nos atiram elles dez ou vinte, que apesar de inferiores, têm mais vendas graças á protecção das nossas alfandegas? [...]” (A confusão luso-brasileira..., 1920, p. 6).

Maúl destacava, ainda, a preocupação de João de Barros com a superação dos imigrantes portugueses pelas outras colônias. Nessa altura, os italianos já começavam a se impor numericamente. No entanto, o imigrante português era o único, segundo Barros, que representava um elemento nacionalizador, pois falava a mesma língua, tinha os mesmos costumes e adaptava-se com facilidade ao meio. Enfim, havia um encontro nas sensibilidades dos dois povos (1919, p. 22).

Esse argumento do escritor português encontrava-se em sintonia com algumas das preocupações da época em torno da ameaça da cultura nacional, sobretudo pelas características atribuídas à imigração alemã e italiana. Nesse caso, prevalecia a leitura de que a matriz formadora da cultura brasileira era portuguesa, grandemente respaldada pela manutenção e apropriação da língua portuguesa pelos brasileiros. Entre os intelectuais brasileiros, Sívio Romero em conferência de 1902<sup>28</sup> esboçou tal preocupação em razão do estabelecimento de núcleos alemães no Sul do país, os quais procuravam manter a sua cultura e até buscavam impor o ensino da língua alemã nos municípios em que viviam.

Carlos Maúl opunha-se a essa visão ao afirmar que os brasileiros não temiam a influência dos povos americanos, alemães, franceses ou italianos. Esses conviviam na sociedade brasileira sem preocupação de identidade de língua e de tradições. Ofereciam vantagens em relação ao intercâmbio comercial, pois importavam mais do que exportavam ao Brasil. Não possuíam Afrânios Peixotos a serviço nas escolas. Daí advinha a conclusão de que não eram esses imigrantes que poderiam vencer os portugueses, pois “[...] quem

quer vencer os portugueses aqui somos nós, exclusivamente nós.” (A confusão luso-brasileira..., 1920, p. 6).

A referência ao ensaísta, médico e político Afrânio Peixoto (1876-1947) devia-se ao fato de Barros ter citado o seu livro *Minha Terra e Minha gente* (1915), utilizado como manual nas escolas públicas do então Distrito Federal e também em outros Estados. Segundo o poeta português, essa obra contribuía para a formação moral do cidadão brasileiro e reafirmava a importância da tradição lusitana na cultura brasileira. Documentava “[...] que o passado heróico da nacionalidade portuguesa é património comum das duas Pátrias.” (1919, p. 24).

Apenas para termos uma breve referência da interpretação acerca da colonização portuguesa e do seu contributo na formação do Brasil presente em *Minha Terra, Minha gente*, cabe observarmos a conclusão do III capítulo dedicado às navegações lusas: “Descobriram o Brasil, que seria a maior glória português, herdeiro de seu sangue, tradições, língua, costumes, que no futuro iria e, ha de ir ainda, continuando a fama lusitana [...]” (1916, p. 46).

Estamos insistindo nesse ponto da instrução cívica escolar, pois se revelou como um dos pontos fortes do conjunto de argumentos de João de Barros relativos à defesa da aproximação Portugal-Brasil. Por causa de seus estudos, projetos e concepções em torno da importância do ensino na formação de cidadãos demonstrou interesse pelo tema da diretriz educacional nas escolas brasileiras desde a primeira visita ao Rio de Janeiro e à São Paulo, em 1912. Aos olhos do poeta, o uso desse tipo de manual que exaltava a História Portuguesa constituía-se como primordial na manutenção da coesão cultural luso-brasileira e indicava também o reconhecimento dos laços entre os dois países por parte da sociedade brasileira.

Ao escrever *O Sentido do Atlântico*, João de Barros pretendia demarcar a sua visão em torno do nativismo brasileiro e dos ecos dessas ações em Portugal. Buscou matizar tais movimentos afirmando não haver no Brasil ódio aos portugueses, mas sim inimigos de Portugal. Tratavam-se, portanto, de episódios isolados, mais ou menos violentos “[...] a sua acção exerce-se com maior ou menor éxito: - assim, enquanto eu estive no Brasil, em Abril e Maio do ano passado, não senti os seus efeitos [...]” (1921, p. 64-65).

O jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, professor brasileiro João Ribeiro (1860-1934), outro intelectual de destaque no cenário da época, encaminhou um artigo ao *Gil Blas* para expressar sua opinião acerca da política literária de aproximação luso-brasileira. O texto intitulado “Jacobinismo português” foi publicado em outubro de 1920, portanto, alguns meses após a estadia de João de Barros em terras brasileiras.

As questões apresentadas por Ribeiro merecem a nossa atenção, do ponto de vista dos diálogos estabelecidos no período em torno dos laços culturais entre os dois países. O autor considerava despropositado um programa de intensificação das relações entre Portugal e Brasil, visto que as mesmas nunca deixaram de existir. No entanto, havia sim um decréscimo da influência intelectual lusa no Brasil; “[...] já não precisamos, como outrora, de uma palavra de recomendação de Herculano ou de Castilho. Os tempos são outros.” (Jacobinismo português..., 1920, p. 4). O escritor brasileiro evoca nessa passagem o percurso de afirmação da autonomia da literatura brasileira no próprio país e dentro de uma literatura americana.

Afirmava ainda não haver reciprocidade no mercado comercial entre as literaturas portuguesa e brasileira. Os intelectuais lusos eram lidos e contribuíam com seus escritos nos jornais brasileiros, coisa que não ocorria do outro lado do Atlântico.

Vale ressaltar, que este ponto foi abordado por João de Barros em *A Aproximação Luso-brasileira e a Paz*, o poeta reconhecia essa desigualdade e clamava por iniciativas que pudessem solucionar tal disparidade, enquanto não se consolidassem medidas oficiais: “[...] porque não hão-de os editores portugueses ajudar um pouco- e ter á venda livros de escritores brasileiros, difíceis de encontrar nas nossas livrarias? [...] Porque não hão-de os directores dos jornais portugueses pedir- e pagar- colaboração brasileira?” (1919, p. 31).

Para Ribeiro, a escassez de livros brasileiros em Portugal, para além da questão comercial, poderia ser compreendida pela falta de identificação intelectual. Os portugueses da Europa, segundo o autor, não compreendiam a literatura americana, achavam-na “[...] bastarda, imperfeita, diferenciada, languida ou disforme, em qualquer caso sem maior interesse que o de uma amostra dialectal.” (Jacobinismo português..., 1920, p. 4).

Esta incompreensão da literatura americana e, no caso, da brasileira traduzia-se numa espécie de hierarquização cultural na visão de Ribeiro. Por parte dos propagandistas da aproximação cultural luso-brasileira e como exemplos contemporâneos, citava João de Barros e Alberto de Oliveira (1873-1940), que havia uma atitude natural e inconsciente em suprimir o Brasil tomando-o como uma cultura subentendida à portuguesa. Citava, como exemplo nesse sentido, os títulos conferidos a uma conferência e livro, realizados por Barros e Oliveira, respectivamente: *Portugal Maior* (1920) e *Na outra banda de Portugal: quatro anos no Rio de Janeiro* (1919)<sup>29</sup>. Denominava a esse tipo de atitude mental como jacobinismo português, mais excessivo que o tão falado jacobinismo brasileiro.

João Ribeiro defendia a autonomia literária em relação a Portugal e adotou postura crítica em episódios que sugeriam uma superioridade cultural dos letrados portugueses em relação aos brasileiros. Em suas obras posicionou-se contra o purismo gramatical e o perfil

excessivamente lusófilo, no caso da língua, da intelectualidade brasileira das primeiras décadas do século XX (ALVES, 2009).

João de Barros em *O Sentido do Atlântico* manifestou ideia próxima à de João Ribeiro ao falar de um nativismo português que impedia a compreensão da alma brasileira “[...] fazendo com que, do Brasil, nós conservemos ainda aquele antigo preconceito de que lá não se encontra nem cultura, nem progresso, nem civilização.” (1921, p. 70). Ainda questionava o autor se este nativismo português seria menos contundente do que o nativismo do *Gil Blas* e o do comandante Vilar<sup>30</sup>. Ao qual concluía: “De facto. Mas quasi igualmente ofensivo, e formidavelmente prejudicial para nós [...] É um vexame. É, sobretudo uma ausencia completa de espirito patriótico.” (BARROS, 1921, p. 70).

O livro de Alberto de Oliveira, antigo Cônsul Geral de Portugal no Brasil (1915-1918), sócio da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira de Letras, foi dedicado à colônia portuguesa do Brasil, em especial aos seus representantes do Rio de Janeiro. Apresentava um conjunto de conferências e escritos, pelos quais o autor buscava definir a sua atuação no cargo diplomático e o seu pensamento sobre as relações luso-brasileiras.

O título passava uma imagem do Brasil como extensão de Portugal na outra banda do Atlântico. Nas palavras do autor: “[...] dois Portugaes separados por um mar ainda tão nosso [...]”(1919, p. 285). Afirmava Oliveira, ter sido o Brasil a única colônia, da qual Portugal conseguiu fazer uma nação. No entanto, ainda havia a necessidade dos portugueses ajudarem a consolidar a formação do país. Na sua visão, essa tarefa estava sendo desempenhada pelos imigrantes portugueses. “É nesse sentido que eu digo que o Brasil, politicamente emancipado e independente, nem por isso deixou de ser o nosso filho, nem por isso deixou de ser *nosso*.” (OLIVEIRA, 1919, p. 283-284, grifo do autor).

Digamos que esta obra do escritor português forneceu munição para a ira dos nativistas brasileiros, sobretudo ao alimentar a imagem de “paternidade” e “filho” ainda dependente, de alguma forma. Nesse sentido, advinha, entre outras críticas, a questão identificada por João Ribeiro de não reconhecimento da autonomia cultural brasileira.

A conferência de João de Barros mencionada por Ribeiro, isto é, “Portugal Maior”<sup>31</sup> foi destinada à colônia portuguesa do Rio de Janeiro; com dedicatória “aos portugueses do Brasil”. Houve calorosa saudação de João do Rio que introduziu a importância do contributo literário de Barros e concluiu com a seguinte declaração: “Deixai-me dizer que todos nós vos amamos por isso – os portugueses por que sois a fé alegre, a juventude alegre, a energia certa na grandeza maior de Portugal; os brasileiros porque, mestre de acção, amais no Brazil o esforço dos brasileiros que querem e são e hão de ser grandes – enchendo o mundo com a fama de maior potencia americana, nascida da raça portugueza [...]” (RIO, 1920, p. 11).

Barros iniciou o seu discurso dizendo que queria, antes de dar notícias de Portugal, saudar o Brasil que na vida literária, econômica, no trabalho dos seus estadistas “[...] diz-nos hora a hora que de facto continúia mantendo, com um prestígio sempre crescente, a hegemonia que de direito possui em toda a América do Sul. Verifico esta realidade consoladora com orgulho e com desvanecimento.” (BARROS, 1920, p. 14).

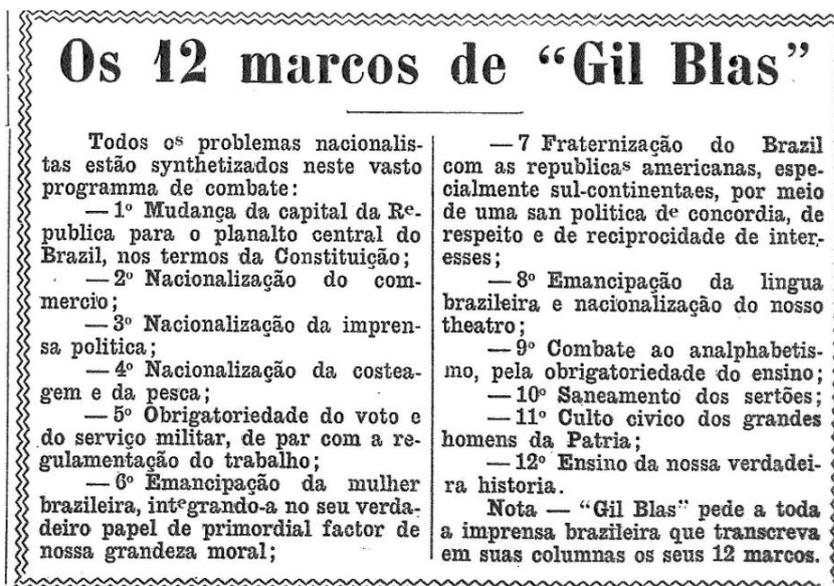
Os temas escolhidos e o tom dedicado à conferência sugeriam a afirmação de uma imagem positiva de Portugal perante a colônia. Não era para tratar das intrigas e da instabilidade política (bombas, greves) e nem da crise econômica, já amplamente noticiada na imprensa numa campanha de descrédito do país. Queria, então, assegurar o poeta que em Portugal vivia, trabalhava e progredia “[...] o mesmo povo de sempre – o povo de Viriato, o povo de Afonso Henriques [...] o povo victorioso e sincero, o povo excepcional e nobre da grande guerra do mundo!” (BARROS, 1920, p. 16).

Barros (1920) buscava apresentar um país renascido e assim afirmava que não deveriam julgar Portugal decaído, empobrecido de alma e de fé. O que se via era o renascimento do patriotismo lusitano e uma intensa ressurreição da vida moral, intelectual, econômica e comercial em meio a um dado caos em decorrência da Guerra.

Após evocar as imagens líricas do país, o poeta expôs alguns dados acerca da indústria naval portuguesa e mencionou um movimento de regresso à terra. Enfatizou, ainda, os avanços no setor da educação, com a propaganda e medidas pró-instrução implementadas pela República, defendendo que o futuro de Portugal estava nas mãos da gente moça que estuda. Essa gente nova sonhava com a mais estreita aproximação com o Brasil, a qual se traduzia em conhecimento recíproco e intensa solidariedade intelectual (BARROS, 1920).

Diante dessas conquistas, o Portugal verdadeiro, segundo Barros, é o “Portugal Maior”, porque tomado de um impulso de força construtiva e não o país decaído que transparece nos telegramas estrangeiros (1920, p. 43-44). Desse contexto, podemos perceber qual o sentido atribuído ao título da conferência. Nesse caso, avaliamos que não ia ao encontro da ideia de uma superioridade cultural portuguesa em relação ao Brasil, conforme havia sugerido João Ribeiro em seu artigo.

Para dar continuidade à nossa reflexão sobre a visão nacionalista da *Gil Blas*, em confronto com a propaganda luso-brasileira nos voltaremos para a análise dos 12 marcos, os quais manifestavam a diretriz do semanário e as principais reivindicações das entidades representadas pelo mesmo. Esses pontos, conforme recorte, foram publicados inauguralmente no número em que se comemorou o primeiro ano do periódico:



**Figura 2**  
*Gil Blas*, 2/9/1920, nº 82, p. 11.

Todos os marcos foram devidamente apresentados em conferência realizada por Alcebíades Delamare, diretor e redator da Revista, no salão da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na noite de 10 de setembro de 1920. Dedicar-nos-emos a contextualizar alguns dos pontos do programa relacionados às ideias antiestrangeiras e antilusas.

Os três primeiros referem-se à hegemonia de capitais e influência lusa nos setores em questão: capital Federal (Rio de Janeiro), comércio e imprensa. A mudança da capital do país para o Planalto Central, prevista na Constituição vigente na época, visava romper com o domínio do capitalismo estrangeiro, o qual se impunha no Rio de Janeiro. Esse capitalismo, segundo a *Gil Blas*, projetava a sua força no interior do parlamento nacional. Dirigia e orientava a opinião pública, porque detinha a hegemonia do comércio, o controle da imprensa e influenciava a política nacional sendo, portanto, nefasto (Os doze marcos de “Gil Blas”..., 1920, p. 5-6).

A nacionalização do comércio era a única forma, segundo *Gil Blas*, de romper com o capitalismo alienígena<sup>32</sup> que monopolizava as atividades comerciais brasileiras. No Rio de Janeiro e nas capitais Manaus, Belém e Recife o comércio era todo estrangeiro, em geral lusitano. Sendo assim, não aceitava empregar os trabalhadores nacionais, chegando-se ao extremo de proibirem o casamento de seus empregados com brasileiras. Nesse setor desigual, nacionalizar o comércio significava promover a sua incorporação à economia nacional (Os doze marcos de “Gil Blas”..., 1920, p. 6).

O terceiro ponto, a nacionalização da imprensa, buscava criar uma imprensa que pudesse atender às aspirações da sociedade brasileira. Naquele contexto, segundo *Gil Blas*, tratava-se de um segmento mercenário e alienígena que exaltava as fraquezas do povo

brasileiro. Procurava caracterizar a raça brasileira como degenerada, ora alcoólatra, ora incapaz. Era a imprensa-balcão que favorecia somente àqueles que a financiavam.

Delamare colocava a seguinte questão: “Em que paiz culto do mundo estrangeiro goza desse prerrogativa perigosissima de orientar a opinião publica formando e dirigindo correntes de pensamento [...] permitindo-se até a ousadia e a arrogancia de menoscabar vultos representativos da nacionalidade e de motejar dos mais alevantados effluvios de coração nativo?” (Os doze marcos de “Gil Blas”..., 1920, p. 6). Citou, ainda, exemplos de alguns países que tomaram medidas contra qualquer tipo de intromissão estrangeira na imprensa.

Em termos de imagem é interessante cotejarmos a capa da revista “O carrapato é um symbolo” (abaixo) com as denúncias da hegemonia dos capitais portugueses no Brasil. Nessa caricatura evoca-se a ideia de uma relação parasitária, em que o português aparece como “sanguessuga” da população e dos recursos brasileiros.



**Figura 3**  
*Gil Blas*, “Capa”, 15/9/1921, nº 136, Ano II.

A questão da exploração é retratada por meio do diálogo entre um índio que representa o passado e o presente do Brasil e um nacionalista (“o civilizado”). O índio/Brasil traz um carrapato enterrado às costas onde se inscreve “hegemonia lusitana”. Questionado pelo nacionalista o índio diz sentir-se “[...] tão escravo, tão dominado, tão pisado e

absorvido como nos tempos coloniais. Uma força oculta me domina os pulsos varonis, uma força ignota me comprime o peito.” Apesar de reconhecer o parasitismo o índio/Brasil não reagia. Essa era uma forma de representar a força do domínio português em vários estratos da sociedade brasileira.

Nesse cenário, várias fontes e bibliografia identificavam os portugueses como monopolizadores de certos ramos do comércio a varejo, das profissões urbanas, das casas de aluguel, da imprensa, sobretudo no Rio de Janeiro. A partir dessa ideia de monopólio construiu-se visões de antilusitanismo alimentadas pelos movimentos nacionalistas radicais, as quais foram veiculadas pelos jornais e vivenciadas pelos populares. No entanto, segundo Gladys Ribeiro:

[...] Não há preconceito ou visões culturais tecidas em uma única e inequívoca direção. As imagens propaladas foram diferenciadas, construídas por todos os segmentos sociais a partir de vivências múltiplas e plurais. O português era “trabalhador”, “morigerado”, “ordeiro”, tanto por ser proprietário como assalariado exemplar, deixando-se explorar. Como “indivíduo pernicioso”, era tido como “monopolizador”, “solapador”, das tentativas de ordenação social da nascente República, tanto por controlar estabelecimentos comerciais e de moradia quanto por garantir, na maioria das vezes, empregos privilegiados. No dia a dia das ruas questionam-se os direitos dos portugueses e dos outros estrangeiros, em geral, beneficiados com a ideologia da “modernização” e “branqueamento”. (1997, p. 645).

#### **4 Considerações finais**

Embora as leituras em torno da presença portuguesa no Brasil tenham sido múltiplas, evidenciou-se um recrudescimento das manifestações xenófobas e lusófbas na conjuntura nacionalista do pós I Guerra. O português era mais uma vez no contexto da I República brasileira o bode expiatório responsável pelos males da vida do país.

Na década de 1890, a questão era a consolidação do então novo regime político e o português representava o perigo de regresso da monarquia. Nos anos de 1920, o país buscava edificar-se como nação e garantir o progresso, em meio a crise econômica, crescente carestia e alta inflação. Nesse período, o antilusitanismo manifestava-se nas disputas de mercado de trabalho e na esfera do alto comércio do Rio de Janeiro. Nas palavras de Antônio Torres: “O problema crucial era deter o português 85 por cento do comércio da cidade, segundo Antônio Torres, e mandar sua fortuna para Portugal, ou em pequenas remessas, ou quando para lá voltava, depois de velho [...]” (RIBEIRO, 2001: 156).

De acordo com Gladys Ribeiro<sup>33</sup>, ao analisar os jornais da época, havia uma tendência em afirmar-se ou negar-se os conflitos entre brasileiros e portugueses, de ambos os lados, recorrendo-se a justificativas para os desentendimentos. Nessa linha de

interpretação, podemos situar o posicionamento de João de Barros que buscava minimizar tais conflitos e relativizar os impactos da campanha nativista brasileira e sua imprensa. Dizia então o paladino da união luso-brasileira acerca da sua segunda viagem ao Brasil:

Afirmando por toda a parte a conveniencia da aproximação luso brasileira – não ouvi senão palavras de simpatia e de adesão ás minhas afirmações [...] Não exagero, nem minto – como é, de resto, facil de verificar pelo relato dos jornais durante a minha estada no Brasil. Nesse tempo, no entanto, já havia a campanha do *Gil Blas* [...] Conseguiu ela agora resultados mais eficazes? Certamente. Mas esses resultados foram logo inutilizados – nunca é demais repeti-lo – pela attitude, francamente lusofila, de todo o resto da imprensa brasileira (BARROS, 1921, p. 65-66).

Buscamos, ao longo do texto, estabelecer um contraponto ao conceito de luso-brasileirismo, tendo em vista as tensões vivenciadas no contexto brasileiro da época, marcado por manifestações antiportuguesas que ocorreram na disputa entre trabalhadores brasileiros e portugueses, num mercado de trabalho urbano em formação e por meio de leituras nativistas.

Essas últimas foram elaboradas por um grupo de intelectuais que fundou organizações e publicou obras e revistas para defender as suas ideias. Nesse quadro, destacaram-se nomes como o de Álvaro Bomílcar, Jackson de Figueiredo, Alcebíades Delamare, as revistas *Braziléa* (1917-1918) e *Gil Blas* (1919-1923). A última, intitulada panfleto de combate, apresentou conteúdos de cariz fortemente lusófobos, com críticas mordazes, tais como: “[...] a chaga purulenta do lusitanismo audaz e cupido<sup>34</sup> [...]”.

Os conceitos de raça e meio ambiente foram estruturadores das abordagens nacionalistas e antilusitanas do período. Nessa linha interpretativa, elementos simbólicos como a história, a língua e a religião foram evocados como agentes formadores da identidade nacional brasileira. Tais elementos emergiam nos discursos que questionavam ou afirmavam o papel da cultura portuguesa na formação da identidade brasileira.

João de Barros em suas obras da *Campanha Atlântica*, posicionou-se sempre de forma conciliadora quanto às manifestações lusófobas, situando-as como uma questão delimitada a certos grupos e não como representativas do sentimento nacional dos brasileiros em relação aos portugueses.

No entanto, uma análise mais aprofundada das correntes nacionalistas do período sugere uma considerável expressão do movimento nativista. Conforme vimos, ao lado das correntes do nacionalismo radical, formaram-se organizações nacionalistas reunidas em torno de personalidades literárias como o caso de Olavo Bilac. Essas organizações dedicaram-se a defender uma campanha de patriotismo e civilismo, reconhecendo-se como tributárias da cultura portuguesa.

Recebido em: 30/03/2015

Aprovado em: 25/08/2015

## NOTAS

<sup>1</sup> Anteriormente foram publicadas; *A Energia Brasileira* (Porto, 1913), *Caminho da Atlântida: uma campanha luso-brasileira* (Lisboa, 1918), *A aproximação luso-brasileira e a paz* (Lisboa, 1919) e, posteriormente; *Heróis Portugueses no Brasil* (Lisboa, 1922), *Portugal, Terra do Atlântico* (Lisboa, 1923), *Olavo Bilac e Euclides da Cunha* (Porto, 1923). Após o período da Primeira República Portuguesa (1910-1926), João de Barros escreveu: *Palavras ao Brasil: discursos* (Rio de Janeiro, 1936), *Alma do Brasil* (Rio de Janeiro, 1937), *Presença do Brasil: páginas escolhidas, 1912-1946*. (Lisboa, 1946) e *Adeus ao Brasil* (Lisboa, 1961). Este último livro tratou-se de uma obra póstuma, na qual foram reunidos artigos publicados no jornal Diário de Lisboa, nos anos de 1946 a 1960. No entanto, os estudos pós 1926 não foram objeto da nossa análise na tese de doutorado, ponto de partida desse texto, por terem sido produzidos num contexto histórico diferenciado e posterior ao nosso recorte cronológico.

<sup>2</sup> Publicada no jornal carioca *O Paiz*, de 11 de junho de 1920. In: Apêndice de *O Sentido do Atlântico*.

<sup>3</sup> Optamos por manter a grafia da época em todas as citações.

<sup>4</sup> Entre outros nomes de peso nas esferas política, jurídica, diplomática e literária brasileira da época participaram da fundação da Liga: Pedro Lessa (1859-1921), Miguel Calmon (1879-1935), Wenceslau Braz (1868-1966), Rui Barbosa (1849-1923), Coelho Neto (1864-1934), João Pandiá Calógeras (1870-1934) e o general Caetano de Farias (1855-1920). Atualmente, a Liga da Defesa Nacional possui representações em alguns estados brasileiros, tais como: Brasília (órgão central), Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará, Maranhão, Piauí, São Paulo e Amazonas. A organização define como principais diretrizes: “[...] defender a integridade territorial e a integridade nacional; promover a formação moral da pessoa humana; valorizar a cultura nacional; difundir a educação cívica; incentivar o estudo de nossa história e de nossas tradições; incentivar a adoção de uma bandeira nacional em cada escola, sindicato e entidade de classe; realizar anualmente a corrida do fogo simbólico da pátria, entre outras finalidades” (RANQUETAT JÚNIOR, 2011, p. 13-14).

<sup>5</sup> Publicada no Rio de Janeiro entre 1904 e 1909, totalizando 64 números. Inicialmente, teve como diretor Mário Behring, no entanto, o mesmo afastou-se em 1905 e o posto foi assumido por Jorge Schmidt. A revista foi lançada no burburinho das reformas urbanas que modificaram a então capital do país e teve como principais colaboradores Olavo Bilac e Coelho Neto (DIMAS, 1983).

<sup>6</sup> Cabe aqui algumas considerações acerca do papel do serviço militar ao longo do Império e da I República brasileira. Na época em questão, o serviço militar constituiu um dos únicos meios de ascensão social para a classe pobre. Durante a monarquia impingia-se o recrutamento forçado ou voluntário. O sorteio para o serviço foi regulamentado por uma lei em 1874, a qual não foi aplicada. Após exaustivos debates, foi aprovada a Lei nº 1860 em 1908, esta regulava o alistamento, o sorteio e, assim, reorganizava o exército. No entanto, o primeiro sorteio realizou-se somente em dezembro de 1916, com a presença do poeta Olavo Bilac (Celso Castro apud RANQUETAT JÚNIOR, 2011).

<sup>7</sup> “Durante quase dez anos de República, as agitações se sucediam na capital, havia guerra civil nos estados do Sul, percebiam-se riscos de fragmentação do país, a economia estava ameaçada pela crise do mercado do café e pelas dificuldades de administrar a dívida externa. Para os que controlavam o setor mais poderoso da economia (exportação) e para os que se preocupavam em manter o país unido, tornava-se urgente acabar com a instabilidade política” (CARVALHO, 2006, p. 31).

<sup>8</sup> Conferência realizada no banquete oferecido pelo Exército, no edifício do Clube Militar (6 de novembro de 1915) no Rio de Janeiro, publicada em *A Defesa Nacional*.

<sup>9</sup> O jacobinismo manifestou-se como um movimento político de composição social heterogênea, respaldado por um discurso essencialmente militar-positivista, com forte atuação nos anos de 1893 a 1897. Embora tenha limites cronológicos definidos, segundo Queiroz, alguns dos elementos marcantes do seu discurso, como a lusofobia, o republicanismo e antimonarquismo virulentos, são-lhe anteriores ou permanecem vivos após o período de atuação do movimento. Em razão dessa indissociação entre ação e pensamento, o qual caracterizou o jacobinismo, não há consenso historiográfico quanto ao seu surgimento e fracasso. É, portanto, um conjunto de elementos

(lusofobia, republicanismos, antimonarquismo) que definem o movimento acrescido do forlanismo (culto à personalidade do Marechal Floriano Peixoto), característica inovadora que permite situá-lo no tempo e conferir-lhe especificidade (QUEIROZ, 1986.).

<sup>10</sup> Dedicatória de Álvaro Bomilcar, fundador da *Campanha Nativista*, em destaque no livro *A política no Brasil ou o Nacionalismo Radical* (1920): “À memória do consolidador da República, Marechal Floriano Peixoto, herói modesto, mentalidade culta, patriota inextinguível, que se esforçou para dar-nos a consciência da força, o orgulho da nacionalidade, e, como governo, agiu com energia e desassombro em prol da emancipação do Brasil [...]”.

<sup>11</sup> No mesmo viés sociológico, publicou *O Preconceito de Raça no Brasil: doutrina nacionalista* (1916), pouco divulgado pela imprensa da época. Nesta primeira obra, defendeu a ideia de que a mestiçagem foi um bem coletivo ao Brasil, opondo-se à visão corrente da mesma como degeneradora da população. Segundo a leitura de Bomilcar, a mestiçagem teria produzido os vultos mais eminentes da história brasileira. E assim considerava: “O Brasileiro deve compreender que o Brasil está formando uma grande raça histórica, segundo o conceito de Littré, com elementos étnicos americanos, africanos e europeus do norte e do sul; deve sempre lembrar-se que o progresso material e moral da pátria é obra dos esforços dos seus compatriotas e finalmente prezar e defender a amizade sincera dos povos americanos [...]” (BOMÍLCAR, 1920, p. 134).

<sup>12</sup> Bomilcar posicionou-se, nesse sentido, contra o pensamento do escritor e diplomata brasileiro Graça Aranha (1868-1931) e dos arqueólogos Ihering (pai e filho), os quais, na sua leitura, alimentavam a ideia de hierarquização cultural. Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1850-1930), natural de Kiel (Alemanha), doutorou-se em paleontologia e zoologia. Emigrou para o Brasil em 1880, onde desenvolveu investigações nas áreas da zoologia, da paleontologia e da arqueologia brasileira. Naturalizou-se brasileiro em 1885. Foi nomeado diretor do Museu Paulista, cargo que ocupou durante 21 anos (1894-1915). Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering (1883-1939), filho de Hermann Ihering, atuou também na área de zoologia. Exerceu função no Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal de São Paulo e chefiou a Comissão Técnica de Piscicultura do Nordeste (1932-1937). In: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/index.php>.

<sup>13</sup> Cita diretamente João do Rio, Afrânio Peixoto, Medeiros e Albuquerque, Pinto da Rocha e Fausto Ferraz (1920, p. 100).

<sup>14</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, filho do Visconde de Ouro Preto (último presidente do Conselho de Ministros do Império). Formou-se em Direito em 1880 e foi deputado por Minas Gerais durante quatro mandatos consecutivos. Exilou-se com o pai em Portugal, após a proclamação da República. Retornou ao Brasil e dedicou-se ao jornalismo e ao magistério. Foi-lhe concedido o título de conde papal. Celso foi, ainda, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e exerceu o cargo de diretor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Lippi Oliveira, pertenceu a um grupo de intelectuais que se propôs a reabilitar o passado nacional, no início da República, ressaltando as qualidades da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira (LIPPI OLIVEIRA, 1990).

<sup>15</sup> Houve uma segunda fase da revista, relançada em 1931. Nesse período participaram vários autores que se destacam no movimento integralista brasileiro, tais como; Raimundo Padilha, Ovídio da Cunha e o próprio Plínio Salgado. Álvaro Bomilcar também colaborou nessa fase, no entanto, os seus textos apresentavam conteúdo similar ao dos artigos publicados na primeira edição da revista (LIPPI OLIVEIRA, 1990).

<sup>16</sup> Mesmo em Bomilcar notou-se um respeito ao catolicismo. A Igreja Católica, nas suas palavras; “sempre visou a ordem, o bem e a união espiritual do Mundo”. Ressaltava, ainda, o contributo dos Jesuítas na formação do Brasil (BOMÍLCAR, 1920, p. 39).

<sup>17</sup> Nessa altura, Afonso Celso ocupava os prestigiosos cargos de diretor da Faculdade Nacional de Direito e de presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>18</sup> *Gil Blas: Panfleteiro de Combate* até o nº 20 (1919). A partir do nº 21 (3/7/1919) ocorreram algumas mudanças na orientação do periódico, entre as quais no subtítulo, alterando-se para *Panfleteiro Semanal*. No número 34 (3/10/1919) registrou-se nova mudança no subtítulo que passava a *Panfleteiro Nacionalista*. No entanto, a última alteração fez-se notar no nº 188 (20/10/1922): *Panfleteiro Nacionalista: pela brasilidade e pelo catolicismo* (NÓBREGA DE JESUS, 2013).

<sup>19</sup> Primeiro número lançado em 13 de fevereiro de 1919 e último em 6 de maio de 1923.

<sup>20</sup> *História de Portugal* (1879) e *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880). Oliveira Martins fez parte da geração de 1870, juntamente com Eça de Queiroz, Antero de Quental, entre outros, que buscou uma renovação da vida política e cultural portuguesa da época. Tratavam-se de intelectuais bastante críticos da estrutura social e política do país, cujo pensamento influenciou as gerações posteriores.

Não seria difícil, segundo uma agenda prédefinida, selecionar argumentos com base nessas obras que pudessem alimentar um discurso lusófono e que imprimisse uma visão negativa acerca da colonização portuguesa. Sobre a geração de 1870 cf.: MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

<sup>21</sup> Nesse período, a doutrina anarquista difundia-se na sociedade brasileira em meio aos surtos das greves operárias. As imagens dos portugueses como exploradores foram, em geral, associadas ao movimento anarquista, sendo identificados como responsáveis pela desordem social e econômica. Contrariamente, à imagem construída pela elite da colônia portuguesa do Rio de Janeiro em torno do imigrante português como obediente, trabalhador e apolítico (PAULO, 2000).

<sup>22</sup> Essa obra teve origem numa conferência realizada em 21 de abril de 1924, na qual o jornalista Antônio Torres prestou homenagem a Tiradentes no Centro Mineiro do Rio de Janeiro. A pequena conferência foi editada um ano depois com o título *As razões da Inconfidência*, a qual acrescentou-se um preâmbulo de mais de 100 páginas e extensas notas.

<sup>23</sup> “Esta é a grande raça que se gaba de ter feito o Brasil de hoje – *risum teneatis!* – e que ainda por aqui vive sanguesugando a nossa pátria comodamente, a sombra do nosso liberalismo criminoso! Rustica e retardada, no conceito de seus próprios escriptores e poetas mais altos. Analfabeta segundo as estatísticas. Patranheira, sensual e trapaceira, conforme nol-o ensina a experiencia que della temos. Hurrah! Hurrah! Pela grande raça civilisadora! [...]” (TORRES, 1925, p. LV).

<sup>24</sup> Conferência proferida à colônia portuguesa do Rio de Janeiro por João de Barros em 1920. Foi editada no mesmo ano e será analisada mais adiante.

<sup>25</sup> Conjunto de textos e conferências reunidos pelo ex-Cônsul Geral de Portugal no Brasil na obra *Na Outra banda de Portugal: quatro anos no Rio de Janeiro* (1919). Algumas ideias presentes nesse livro serão mencionadas mais adiante.

<sup>26</sup> Conferir: CASTRO, Vitorio de. *Brasileiros e portugueses*. Rio de Janeiro: Teixeira & Cia., 1925; ROMANO, Raul. *Veneno! Resposta às Razões da Inconfidência*. São Paulo: Livraria Zenith, 1925.

<sup>27</sup> Filho de pai português e mãe brasileira, Malheiro Dias foi romancista, jornalista, historiador, político e grande defensor da causa luso-brasileira. Adepto da Monarquia e do Integralismo, exilou-se voluntariamente no Brasil após a Proclamação da República Portuguesa (1910), entre os anos de 1913 a 1935. Tornou-se conhecedor dos problemas que envolviam a colônia portuguesa no Rio de Janeiro e buscou apontar soluções para a melhoria do relacionamento entre os imigrantes portugueses e os brasileiros.

<sup>28</sup> “A conveniência de fortalecer no Brasil o elemento português”, título da conferência realizada no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1902.

<sup>29</sup> As mesmas obras foram mencionadas no artigo de Antônio Torres.

<sup>30</sup> Comandante Frederico Villar, nomeado pelo Ministro da Marinha de Guerra brasileira como responsável pela aplicação da lei de nacionalização da pesca e da costa brasileira (1919-1923). Essa medida nacionalizante desencadeou grande polêmica entre portugueses e brasileiros no período.

<sup>31</sup> Editada pela Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1920.

<sup>32</sup> Utilizou-se para se referir ao capital externo ou outras características estrangeiras os termos alienígena e exótico.

<sup>33</sup> “Antes sem pão do que sem pátria: o antiportuguesismo nos anos da década de 1920”. *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces. Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 147-162, 2001.

<sup>34</sup> *Gil Blas*, 25/9/1919, nº 33, p. 10.

## FONTES

“Nosso Programa”, BOMÍLCAR, Álvaro (dir.), *Braziléa: revista mensal de sociologia, arte e crítica*. Rio de Janeiro, nº 1, p. 3, jan. 1917. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

“Propaganda Nativista”, DELAMARE, Alcebíades (dir.), *Gil Blas*. Rio de Janeiro, nº 33, p. 10, 25 set. 1919. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

“A Questão Nacionalista”, DELAMARE, Alcebíades (dir.), *Gil Blas*. Rio de Janeiro, nº 36, p. 3, 16 out. 1919. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

TORRES, Antonio, “A União Luso-brazileira”, in: DELAMARE, Alcebíades (dir.), *Gil Blas*. Rio de Janeiro, nº 68, p. 3, 27 mai. 1920. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

MAÚL, Carlos, “A Confusão Luso-brazileira”, in: DELAMARE, Alcebíades (dir.), *Gil Blas*. Rio de Janeiro, nº 68, p. 6, 27 mai. 1920. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

“Os Doze Marcos de ‘Gil Blas’ ”, DELAMARE, Alcebíades (dir.), *Gil Blas*. Rio de Janeiro nº 85, p. 5-6, 23 set. 1920. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, João, “Jacobinismo Portuguez”, in: DELAMARE, Alcebíades (dir.), *Gil Blas*. Rio de Janeiro, nº 87, p.4, 7 out. 1920. Acervo de periódicos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Luís dos Santos. *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo - Um estudo de caso das relações culturais Brasil – Portugal*. 2009. 361f + Anexos. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2009.

BARROS, João de. *A aproximação luso-brasileira e a paz*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1919.

\_\_\_\_\_. *Portugal Maior: conferência*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

\_\_\_\_\_. *Sentido do Atlântico*. Lisboa : Livrarias Aillaud e Bertrand, 1921.

BOLMICAR, Alvaro. *A política no Brasil ou o nacionalismo radical: ensaio de crítica social e histórica*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Maurillo, 1920.

BUENO, Luís. Tamancófilos e tamancófobos de 1925. *Revista Letras*, Curitiba, n. 59, p. 93-101, jan./jun. 2003. Editora: UFPR. Disponível em: < [http://www.lettras.ufpr.br/documentos/pdf\\_revistas/bueno59.pdf](http://www.lettras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/bueno59.pdf) >. Acesso em: 2 dez. 2013.

CARVALHO, José Murilo de, *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

DIMAS, Antônio. *Tempos Eufóricos: análise da revista Kosmos, 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: < <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/365134.pdf> >. Acesso em: 2 jul. 2013.

LIPPI OLIVEIRA, Lúcia. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense: Brasília: CNPq, 1990.

MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

OLIVEIRA, Alberto de. *Na Outra banda de Portugal: quatro anos no Rio de Janeiro*. Lisboa: Portugal-Brasil; Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana: Livraria Francisco Alves, 1919.

PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal: A Colônia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

PEIXOTO, Afrânio. *Minha Terra, Minha Gente*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1916.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *Os radicais da república: jacobinismo ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A latinidade do conceito de América Latina. *GEOgraphia*, América do Norte, 14, jan. 2013. Disponível em: < <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/520/338> >. Acesso em: 19 jul. 2013.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. *A Campanha Cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da Defesa Nacional*. Publ. UEPG Humanit. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, 19 (1): 9-17, jan./jun. 2011. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas> >. Acesso em: 1 ago. 2013.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1997.

\_\_\_\_\_. Antes sem pão do que sem pátria: o antiportuguesismo nos anos da década de 1920. *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces*. Convergência Lusíada, Rio de Janeiro, v. 2, pp. 147-162, 2001.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. “A Campanha Cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da Defesa Nacional”. Publ. UEPG Humanit. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, 19 (1): 9-17, jan./jun. 2011. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas> >. Acesso em: 1 ago. 2013.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. 550 f. Tese (Doutorado em História) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1997.

\_\_\_\_\_. Antes sem pão do que sem pátria: o antiportuguesismo nos anos da década de 1920. *Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces*. Convergência Lusíada, Rio de Janeiro, v. 2, p. 147-162, 2001.

ROMERO, Sílvio. *O Elemento Português no Brasil: Conferência*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.

TORRES, Antônio. *As Razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro: A. J. Castilho, 1925.